

Sarney admite que reforma será leve

30 JUL 1981

Para ele, poderão ocorrer apenas adaptações

A falta de perspectivas para a aprovação pacífica de um projeto de reforma eleitoral, no Congresso, poderá determinar a decisão de não promover nenhuma alteração substancial na legislação em vigor, mas apenas as adaptações indispensáveis. Ao admitir essa hipótese, ontem, o senador José Sarney afastou também a possibilidade de que, enviado o projeto pelo Governo, este passe por decurso de prazo: "Matéria que interessa ao mundo político, certamente, terá a participação de todos".

E acrescentou que se o decurso viesse a ser aplicado, estaria demonstrando apenas que a matéria não despertou interesse nem a necessidade de participação de nenhum congressista, o que não corresponde à realidade. Na primeira entrevista que concede após a divulgação de críticas ao trabalho elaborado pelo PDS sobre a reforma eleitoral, o senador José Sarney lembrou que seu partido cumpriu os prazos estabelecidos para concluir sua parte no cronograma de reformas. "Ouví dizer que a mensagem do Executivo será enviada em agosto", respondeu quando lhe perguntaram sobre a data para início das discussões da matéria no Legislativo.

Porém, o Presidente do PDS fez questão de dizer que a remessa da mensagem sobre a reforma eleitoral, nesse prazo, se constitui em compromisso das lideranças do PDS no Senado com os partidos de Oposição - assumido para terminar no final do semes-

tre passado com a manobra obstructionista que durava já quase três meses.

O senador José Sarney afirmou que o PDS terminou sua etapa de acordo com o cronograma estabelecido pelo Presidente da República, e que foi objeto de decisão do Conselho Político. O assunto hoje, reafirmou, está entregue ao Poder Executivo, "uma vez que o problema da reforma eleitoral sempre nos pareceu assunto que não era estritamente do interesse do nosso partido. Uma reforma que não é do PDS, mas uma atualização da legislação eleitoral capaz de viabilizar formalmente as eleições de 1982."

E continuou explicando que, com essa atitude, o Partido evitou que florescessem as tentativas prorrogacionistas sob a argumentação de uma caótica legislação eleitoral existente nos atuais textos. O Senador disse ainda que "o Partido, através de trabalho louvável e exaustivo da comissão que tratou do assunto, mostrou que eram infundadas as acusações feitas, de que tinham interesse no processo de casuismo eleitoral e num tratamento aético de um tema de tão grande importância".

A propósito das críticas que teriam feito no Palácio do Planalto e no Ministério da Justiça ao trabalho do PDS, disse o Presidente do Partido que desconhece essas críticas. Mas, acrescentou que "qualquer documento político jamais será objeto de tratamento unânime. Todos ge-

rarão controvérsias".

No caso, prosseguiu Sarney, o trabalho foi feito para utilização interna e como bem frisou o relator da matéria, está sujeito a imperfeições sem nenhuma veiosidade de dom da verdade. Uma coisa, contudo, devo ressaltar, o trabalho é de absoluta fidelidade ao pensamento do Partido, que foi sempre em não obter consenso em nenhum dos pontos relacionados como de decisão política e não simplesmente de matéria eleitoral.

Indagado se essa falta de consenso não se repetiria durante a votação no Congresso, o senador José Sarney limitou-se a responder: "de acordo com o cronograma do Presidente, a etapa de viabilização da aprovação desse projeto será coordenada pelos líderes no momento oportuno".

Depois, respondeu sobre a possibilidade de, na fase atual de consultas, a opinião dos governadores acabar prevalecendo sobre a dos pedessitas, ressaltando que essa etapa agora é mais abrangente e não pode ficar restrita somente às sondagens efetivas na nossa área.

Lembrou, por fim, o Presidente do PDS que o Partido cumpriu os prazos do cronograma de reforma também por achar que essa matéria não pode mais ser protelada, mesmo que seja uma decisão de não haver modificação nenhuma. Inquirido se isso poderia mesmo acontecer, disse laconicamente, José Sarney: "pode".